

O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA CULTURA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Sara Daltro Tavares PAIVA¹

Karina Camille Marques CEZAR²

Francisco dos Santos NETO³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões acerca dos debates do pensamento de Antônio Gramsci na cultura profissional do Serviço Social, particularmente na construção de seu Projeto Ético-político. Tem-se como orientação teórico-metodológica a teoria e método crítico-dialético de orientação marxista, tendo em vista a compreensão de que este favorece uma análise histórico-metodológica da trajetória histórica do Serviço Social, sem perder de vista suas dimensões singulares, universais e particulares. Enquanto procedimento metodológico utilizou-se a Revisão de Literatura, com vistas a apreender a produção do conhecimento acumulada na área sobre a discussão. No que se refere aos resultados: pôde-se evidenciar uma forte influência do pensamento do autor na área, sobretudo a partir de categorias teóricas como hegemonia, cultura, ideologia e Estado.

PALAVRAS-CHAVE: serviço social; projeto ético-político; cultura profissional; pensamento gramsciano.

¹ Assistente social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Atualmente é Residente em Saúde da Pessoa Idosa no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB/UFPA). Pesquisadora do grupo de estudos e pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEPTESA/PPGSS/UFPA). E-mail: Sara.daltro223@gmail.com

² Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). E-mail: Karinamarquesas@hotmail.com

³ Assistente Social formado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). É docente da Faculdade Estácio do Pará. Assessor de Pesquisa, Extensão e Internacionalização da Faculdade Estácio do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional (Estácio do Pará). Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). E-mail: francisco.neto2013@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O pensamento do autor italiano Antônio Gramsci se destaca, dentro da tradição marxista, por aprofundar a discussão de categorias caras ao debate da transformação social, ressaltando-se sua contribuição no debate sobre o Estado, que na concepção do autor é discutido a partir da sua compreensão enquanto Estado ampliado, o poder da ideologia, a hegemonia e suas incidências na metamorfose das relações de produção e reprodução social e o papel da cultura nesse processo. Como um autor da tradição marxista, Gramsci demonstra em seus estudos a herança de Marx no que concerne ao seu método e metodologia de análise da realidade historicamente marcada por contradições e sua teoria social sobre a sociedade capitalista e a organização da estrutura e superestrutura.

Seus estudos contribuíram para interpretar as transformações sócio-políticas que ocorriam na Itália de seu tempo e influenciaram toda uma geração de teóricos subsequentes a ele. No Brasil, as obras do autor chegam em meados da década de 1960 do século passado no período do regime político autocrático e na decretação do Ato Institucional (AI) nº5. A esquerda brasileira incorpora, ainda de forma equivocada, os pensamentos do autor para ampliar suas discussões e no mesmo período os escritos adentram os debates no meio acadêmico, mas especificamente os programas de pós-graduação.

Concomitantemente a essas mudanças no plano político nacional, o Serviço Social passa por um movimento de questionamento das referências teóricas e práticas da profissão que, até em então, subsidiava-se pelo referencial norte-americano e o Serviço Social de caso, grupo e comunidade⁴. Em meio a isso, o pensamento gramsciano agrega a disputa entre as correntes teóricas passando a contribuir e fomentar as produções científicas da área acrescentando novas interpretações dentro da tradição marxista, marcada nesse processo por incongruências.

Nos meandros desta disputa endógena do Serviço Social, ao final do processo, a teoria social crítica e o método de análise que lhe confere materialidade são, coletivamente, incorporados e passam a nortear a formação e o trabalho dos assistentes sociais. Essa perspectiva crítica é ir a orientar a elaboração dos dispositivos legais da profissão os quais, juntos, alicerçam o Projeto Ético Político do Serviço Social, quais sejam: as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social formuladas pela ABEPSS (1996), O Código de

⁴ Sobre esse período ver Netto (2011) *Ditadura e Serviço Social*.

Ética da profissão (1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão nº8.662 (1993).

A hegemonia do pensamento marxiano no Serviço Social vem sofrendo, ao longo deste período histórico que compreende a última década do século passado e as primeiras décadas deste século XXI, ataques sistemáticos frente o avanço do correntes teóricas neoconservadoras e pós-modernas. Esse campo de disputa, que se perpetua, tensiona o fortalecimento do Serviço Social no seu processo de resistência a essa contra hegemonia e, nesse sentido, é necessário avigorar o campo crítico frente ao retrocesso que observa-se endogenamente no interior da profissão.

Podemos exemplificar como forma desse tensionamento a publicização das 23 teses do Serviço Social libertário e o avanço das discussões sobre o Serviço Social clínico. Sendo o Serviço Social uma profissão cujo o objeto de intervenção se galga na questão social e suas múltiplas expressões, também devemos ponderar as transformações societárias e o avanço no cenário político, cultural, social e econômico da extrema direita e seus pressupostos ultraconservadores como fatores imprescindíveis para a fomentação dessas correntes contra hegemônicas na profissão.

Outrossim, o trabalho aqui exposto objetiva conhecer e analisar as influências do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro a partir da produção do conhecimento na área e sua contribuição, no campo crítico, para a construção e consolidação do Projeto Ético-Político – PEP. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: identificar a influência dos estudos gramscianos nas produções intelectuais do Serviço Social brasileiro; identificar as principais produções que versem sobre o PEP e seus desafios na contemporaneidade; e, por fim, analisar a produção intelectual da contra-hegemonia expressa no documento que dispõe sobre as 23 teses para a reforma do Serviço Social afim de estabelecer um diálogo crítico com a mesma.

A pesquisa norteia suas análises a partir do método marxiano, vislumbrando descortinar as mediações que inferem no processo em questão. Metodologicamente, optamos pela revisão bibliográfica e documental, a partir do enfoque misto (PRATES, 2012), utilizando como suporte analítico a análise de conteúdo (BARDIN, 2010). Optamos enquanto *locus* de pesquisa o banco de teses e dissertações da agência CAPES, circunscrevendo como recorte temporal para a construção do estado da arte os anos de 2014/2019. Para além desta, buscamos ainda levantar material para análise no sistema global de redes da internet, onde tivemos acesso ao documento produzido por Oliveira (2017). Tendo em vista a construção do estado da arte, orientamos esse processo com base em três descritores, quais sejam: Gramsci

& Serviço Social; Hegemonia & Serviço Social; Projeto Ético-político e/& Serviço Social.

Após a aplicação do protocolo de pesquisa, foram identificados um total de 47 (quarenta e sete) trabalhos de pesquisa, no período temporal delimitado, dispostos em 13 teses de doutoramento e 34 dissertações de mestrado. Deste montante, identificamos entre os eixos temáticos, representados pelos descritores selecionados, o total de 06 trabalhos que discorrem sobre *Gramsci & Serviço Social*; 14 trabalhos que discutem *Hegemonia & Serviço Social*; e, por fim, 26 trabalhos, entre teses e dissertações, que debatem o *Projeto Ético-político e/& Serviço Social*. Os resultados, preliminares, a que chegamos a partir desse levantamento estão pormenorizados ao longo deste trabalho.

Sendo assim, organizamos este trabalho em três etapas: na primeira trataremos da trajetória do pensamento gramsciano dando ênfase a categoria que pretendemos trabalhar; em seguida faremos uma reflexão sobre as influências do pensamento do autor no Serviço Social; por fim realizaremos sumárias ponderações sobre o PEP e os desafios na atualidade.

1. A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GRAMSCIANO: reflexões acerca da categoria hegemonia.

A trajetória de vida e vivência política do pensador marxista é sumariamente indispensável para a compreensão dos seus estudos, tendo em vista que suas pesquisas e questionamentos refletem seu processo de elaboração do conhecimento teórico/prático sobre a realidade que o cercava. O contexto em que Gramsci está inserido caracteriza-se como um período de transição tensionada pela crise do sistema capitalista e suas estruturas de poder, daí destacamos que a difusão dos debates sobre hegemonia coincide com a expansão do Estado. (Liguori, 2007)

Observa-se que suas obras reverberam essas mudanças e propõem novas reflexões para categorias já problematizadas, a exemplo da hegemonia que ganha nova interpretação pelo autor. “O debate teórico por ele levado a efeito está intimamente conectado à sociedade, à realidade concreta. E Gramsci interroga esta realidade de modo obstinado, desvenda a sua multiplicidade de significados” (SIMIONATTO, 2011, p.42)

Gramsci figurou como um importante militante e representante político da classe operária, sempre pautando-se na busca por estratégias da construção da hegemonia desta classe vislumbrando uma organização social socialista. Liguori (2007) afirma que os intérpretes de Gramsci estão de acordo que nos estudos do pensador italiano o conceito de

hegemonia é a mais importante categoria teórico-política dos *Cadernos do Cárcere*, propiciada por uma imprescindível assimilação do pensamento leninista, um dos principais interlocutores e figura com quem Gramsci dialoga e o supera em determinados debates. (Coutinho, 1981)

De acordo com Liguri (2007, p. 208) “a reflexão madura de Gramsci devia ao encontro com Lenin; por outro, indicava também o quanto, como os Cadernos, Gramsci, na verdade, começa a escrever um ‘capítulo novo’ do leninismo”. Nesse sentido, segundo Simionatto (2011), o pensador trilha seu caminho metodológico-reflexivo sobre hegemonia nas discussões acerca da ‘frente única’ levantadas no III Congresso Internacional Comunista (1919) no qual debatia-se a possibilidade de unir e estabelecer aliança dos comunistas com as demais forças operárias e socialistas. É de suma importância frisarmos a complexa inferência da III Internacional no pensamento gramsciano, esse evento histórico organizado por Lenin e o Partido Comunista da União Soviética – PCUS, na cidade de Moscou, que reuniu grandes representantes dos partidos comunistas de diferentes partes do mundo e fomentou debates imprescindíveis para pensar a tomada do poder pelas classes subalternizadas.

Coutinho (1981) realça que ao elaborar a teoria do Estado Ampliado, alicerçado na denomina sociedade política e sociedade civil⁵, Gramsci parte para pensar e analisar as organizações estruturais e superestruturais de diferentes territórios o que o leva a fazer uma diferenciação entre sociedades Orientais e Ocidentais. Tal distinção pondera as condições reais que cada sociedade apresenta na formação social-econômica e cultural das estruturas do capital e seu sistema de produção e reprodução social, bem como o reconhecimento do território nacional e a construção/consolidação das estruturas do Estado. Isso tudo a partir da compreensão as especificidades históricas significativas de cada território nacional que propiciam e serviram de alicerce para as análises dos processos revolucionários que devem se adequar ao tipo de estrutura social. (Simionatto, 2011; Coutinho, 1989) (Liguori, 2007)

A teoria ampliada do Estado é a base que permite a Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução nos países ocidentais: esse fracasso ocorreu, supõe Gramsci, porque não se levou na devida conta a diferença estrutural que existe entre, por um lado, as formações sociais do ‘Oriente’ (entre as quais se inclui a da Rússia czarista), caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e, por outro, as formações sociais do ‘Ocidente’, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política,

⁵ Os quais são, respectivamente, caracterizados como Estado-coerção que obtém o conjunto dos mecanismos através do qual a classe que domina tem monopólio legal da repressão através dos aparelhos coercivos e conjunto de organizações que coexistem no cotidiano de vivência dos indivíduos responsáveis por elaborar e/ou difundir ideologias. (Coutinho, 1989)

ou seja, onde se realizou concretamente a ‘ampliação’ do Estado. (COUTINHO, 1981, p.103)

Sendo assim, no Ocidente, segundo o autor, pela maior organização da sociedade civil a revolução deve ocorrer por uma “guerra de posição”, da conquista da hegemonia no âmbito da sociedade civil vislumbrando a conquista da direção político-ideológica e do consenso nos setores expressivos da população. Já no Oriente, tendo em vista as características do Estado-coerção, a luta viria pela “guerra de movimento”, por meio da qual a é estabelecido a conquista frontal do poder pela sociedade civil. “[...] Da ‘guerra de movimento’ à ‘guerra de posição’, ocorre uma mudança de qualidade, ou seja, é quando há predominância do consenso sobre as forças coercivas. (SIMIONATTO, 2011, p.46)

Pensar sobre hegemonia a partir de Gramsci é também pensar na crise do poder hegemônico que pode ser consequência do enfraquecimento da direção política da classe no poder ou enfraquecimento do seu poder político e consequente perda do consenso ideológico. “[...] no momento em que uma classe no poder é hegemônica, [...] ‘na medida em que faz avançar o conjunto da sociedade: sua perspectiva é ‘universalista’, é não arbitrária’. [...] ‘o momento do arbítrio [...] assinalam uma ‘crise latente da hegemonia’. (LIGUORI, 2007, p.211-212)

Em Gramsci, há diferenças entre ‘dirigente’ e ‘dominante’ onde o primeiro se associa ao primado da hegemonia, possui diligência quem tem o consenso hegemônico; ao segundo cabe o domínio do aparelho de Estado, controle político sobre este. Deste modo

O aspecto de crise moderna [...] liga-se com o que se chama de ‘crise de autoridade’. Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, porém unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, não creem mais no que antes criam, etc. *A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: nesse meio tempo, verifica-se fenômenos mórbidos os mais variados.* (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 1981, p. 198, grifos nossos)

Como resposta ao momento de confronto entre tendências hegemônicas dicotômicas em disputa, destacamos duas possibilidades em curso: a primeira se direciona para uma rearticulação do bloco de poder através do uso de instrumentos e mecanismos de coerção, no uso do arbítrio como pontua a citação acima; em um segundo cenário, pode ocorrer uma articulação entre as classes dominantes em busca do consenso fazendo com que ocorra uma transfiguração das relações hegemônicas a seu favor tornando-se classe dirigente e dominante.

(Simionatto, 2011)

É necessário para que um grupo ou classe social se torne dirigente conseguir ter ao seu favor o consenso dos setores populares, exercendo sua influência no plano político-econômico, mas não à ele se restringindo. É, portanto, necessário abranger a hegemonia na captação da direção intelectual e moral dos sujeitos sociais exercida no nível das ideias e da cultura. Esse movimento de cooptação dos sujeitos afim de disseminar uma perspectiva ideológica se faz por intermédio de uma articulada rede de instituições que Gramsci denomina de aparelhos privados de hegemonia, inseridas na dimensão política em seu sentido restrita e ampla. “[...] Mas o que significa isso, se não que é preciso entender por Estado não apenas o aparelho governamental, mas também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil.” (COUTINHO, 1981, p. 193)

É por intermédio dessas instituições que há o reforço da subalternidade passiva, expressa na subjeção política e cultural dos indivíduos, ou, ao contrário, pode haver a disputa e tensionamento de processos que se direcionem na construção de uma consciência política coletiva e ideológica antagônica ao que está posto dos sujeitos, potencializando assim a passagem da sociedade civil da estrutura à superestrutura. Gramsci (*apud* Coutinho, 2011) se refere a esse momento de transição como um momento de catarse.

O momento de catarse é consolidado na transformação da classe em si em classe para si, momento da práxis de transição de uma consciência prático-econômica em consciência ético-política. [...] A compreensão crítica de si próprio ocorre, portanto, através de ‘uma luta de hegemonias, primeiro no campo da ética, depois, da política, para atingir uma elaboração superior da própria concepção do real’ (GRAMSCI *apud* SIMIONATTO, 2011, p.52). Essas mudanças sinalizadas pelo autor, precedentemente trabalhadas e problematizadas nos debates de Marx e Engels, precisam ser acompanhadas por uma elevação da vida cultural e política das camadas sociais subalternizadas.

Tendo em vista que essa transição não ocorre de forma espontânea é necessário para que haja esse momento catártico, nesse sentido, a educação e politização das massas despontam como formas de organização do processo revolucionário. Esse papel educativo, para Gramsci, cabe aos intelectuais orgânicos e aos partidos cuja a responsabilidade é executar atividades estratégicas que direcionem para educação política dos sujeitos.

A elevação da cultura das massas assume importância decisiva neste processo, para que elas possam liberta-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se às condições destas últimas. [...] A análise

gramsciana evidencia, portanto, que não é suficiente lutar apenas pela extinção da apropriação privada dos meios de produção, mas que se deve lutar também pela extinção da apropriação elitista da cultura e do saber (SIMIONATTO, 2011, p. 54-55)

Pontuaremos aqui que, nessa perspectiva, o Estado tem, entre outras, a finalidade de elaborar novos tipos de humanidade. A sua função educativa vai para além da luta pela conquista do consenso e se destina a educar esse consenso e, nesse sentido, a hegemonia se consolida não apenas como a forma na qual se firma uma direção determinada a partir do poder de classe, mas também, vai torna-se um instrumento de superação da subalternidade. Nessa direção, Gerratana apud Liguori (2007, p. 214) afirma que “‘Instrumentos e instituições de hegemonia’ não são independentes ‘dos sujeitos históricos da hegemonia [...] As formas históricas da hegemonia [...] variam de acordo com a natureza das forças sociais que exercem a própria hegemonia’ (GERRATANA *apud* LIGUORI, 2007, p. 214)

Por fim, BADALINO *apud* LIGUORI, 2007, p.217) afirma que a “Hegemonia significa [...] abertura histórica, até mesmo individual, a uma multiplicidade de práticas de vida, desejadas ou suportadas pelos diversos grupos sociais, conscientes ou inconscientes, mas não determinadas *a priori*”.

2. A INFLUÊNCIA DE GRAMSCI NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.

Para o entendimento da influência de Gramsci no serviço social brasileiro, é primordial compreender, inicialmente, que os primeiros estudos sobre o marxismo no Brasil datam da década de 1930, com os militantes organizados do Partido Comunista do Brasil (PCB), os quais realizaram uma leitura “vulgar” da teoria marxista, levando a interpretações dogmáticas e deterministas. (NETTO, 2009) Na década de 1950, a partir da crítica empreendida às análises de orientação partidária e do dogmatismo/determinismo a que estava subjugada, o debate de orientação marxista extrapolou os limites do partido comunista, encontrando terreno fértil em outros movimentos, estudos e pesquisas, as quais foram essenciais para a instituição de uma tradição marxista no país⁶.

Nesta esteira crescente do pensamento marxiano, as primeiras ideias gramscianas são incorporadas no Brasil, sobretudo, para analisar e refletir sobre os embates impetrados pelo Estado na ditadura militar, na década de 1960, subsidiando movimentos de resistência e

⁶ Para o aprofundamento deste tema, ver Netto (2009)

organização, principalmente, baseados na obra do autor italiano sobre Estado, sociedade civil, sociedade política, poder e ideologia:

Tanto no Brasil, como em muitos países latino-americanos, a recorrência ao pensamento gramsciano ocorreu por uma intensa necessidade de constituir movimentos de resistência frente ao Estado, especificamente à sociedade política, em termos gramscianos, dada a repressão daqueles tempos, o que implicava na organização autônoma da sociedade civil (NEGRI, p. 91, 2016)

Entretanto, com a instituição do AI 5, esse movimento crescente foi, em parte, interrompido tendo em vista as imposições e cerceamentos advindos desse período ditatorial. Com o processo de redemocratização e a abertura política na metade da década de 1970, vive-se uma reedição do pensamento gramsciano⁷, influenciando fortemente a academia, intelectuais e movimentos de esquerda (NEGRI, 2016).

No que se refere a produção acadêmica, a obra gramsciana possibilitou o avanço crítico da teoria social marxiana, referendando debates, discussões e trabalhos sobre o denominado marxismo “vulgar”, criticando o determinismo econômico, as ideias e até mesmo estratégias do stalinismo no que tange a revolução armada.

Neste contexto de profundas mudanças societárias, na particularidade do Serviço Social, vive-se o movimento de reconceituação da profissão, no qual o pensamento de Gramsci adentra as bases do Serviço Social brasileiro⁸ com maior intensidade e suscita discussões em torno de duas categorias fundamentais, que darão sustentação a fecundos debates no serviço social: Hegemonia e Projeto Político (SIMIONATTO, 1999).

O debate gramsciano sobre hegemonia descortina para o Serviço Social a tensão existente entre dois, principais, projetos que estão em disputa, os quais refletem culturas ideopolíticas divergentes, quais sejam “uma cultura política conservadora e outra construída após a influência da tradição marxista, uma cultura política profissional voltada à lógica dos direitos” (NEVES, 2017, p. 35).

Posteriormente, ao considerar a realidade da profissão nas primeiras décadas do século 21, entre os anos de 2000 a 2015, Simionatto⁹ (2017) refere que a produção do serviço social

⁷ Tanto o primeiro ciclo, quanto a retomada dos estudos gramscianos no Brasil, alguns intérpretes foram fundamentais, destaque para Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Ivete Simionatto.

⁸ Ressalta-se que desde a década de 1960, a partir do movimento de reconceituação, a categoria profissional de assistentes sociais já se aproximava do marxismo, sobretudo, realizando críticas e repensando a atuação baseada no serviço social norte-americano.

⁹ Referimo-nos ao projeto de pesquisa projeto de pesquisa “O pensamento de Gramsci e sua presença no Serviço Social brasileiro – produção do conhecimento e indicações político-interventivas”, que analisou as produções do serviço social brasileiro sobre Gramsci nas principais revistas de serviço social no país. Para uma análise mais aprofundada destes resultados, ver Simionatto e Negri (2017).

brasileiro sobre a obra gramsciana e inspirada nas suas formulações, aprofundou-se significativamente, com destaque para as discussões e estudos sobre Estado, cultura, ideologia, Sociedade Civil e Hegemonia¹⁰. Ainda segundo a autora supracitada, a qualidade dos trabalhos se deve, sobretudo, pela análise direta às fontes de pensamento do autor italiano, como os *Cadernos do Cárcere* e *Escritos Políticos* e revela o amadurecimento teórico/prático da pesquisa, notadamente, a nível da pós-graduação.

Neste âmbito da pós-graduação, é revelador o estudo de Silva (2017), que realiza uma análise sobre a produção acadêmica em teses de doutorado com a perspectiva Gramsciana, no período de 2010 a 2015, tendo como resultados a crescente elaboração intelectual do serviço social, pautadas nas categorias do autor sardo. Os resultados da pesquisa realizada pela autora mencionada permitem constatar que no período pesquisado houve um avanço dos trabalhos em nível de doutorado, iluminando a reflexão sobre temas os mais diversos, como feminismo, movimentos sociais e sindicais, organização popular, direito e justiça, dentre outros.

Nota-se, ainda, que a relação continuidade/ruptura/atualização do pensamento marxiano e a interlocução com o autor italiano, é tema recorrente de trabalhos e estudos, sobretudo, a discussão sobre o Estado, onde Gramsci propõe a tese de Estado Ampliado, incorporando a sociedade civil dentro das esferas de poder e decisão (SIMIONATTO; NEGRI, 2017). No que concerne à sociedade civil, há uma gama de possibilidades e abordagens teóricas, onde observa-se tanto aquelas em que há o entendimento de sociedade civil a partir de disputas e lutas de classe dentro do Estado ampliado; e ainda, trabalhos que realizam o contraponto a apropriação deste conceito por autores/as pós modernos.

Além dos temas supracitados, segundo a pesquisa de Simionatto (2017), a produção do Serviço Social também se deteve em estudar a mediação entre projeto societário e projeto profissional, e, a partir das produções analisadas sobre o tema, a autora afirma que há um nítido amadurecimento teórico/crítico. Portanto, depreende-se que os inúmeros trabalhos e debates empreendidos no âmbito do serviço social brasileiro acerca dos conceitos gramscianos e do PEP foram fundamentais para o fortalecimento da categoria de assistentes sociais e das bases teórico-metodológicas que dão sustentação ao trabalho profissional.

Para elaboração do estado da arte deste estudo em particular, procurou-se ser o mais abrangente possível, no sentido de verificar a produção dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, que versam sobre a categoria gramsciana de hegemonia e o projeto ético

¹⁰ Há ainda outras categorias importantes que segundo a pesquisa de Simionatto (2017) e Negri (2016) aparecerem ainda com frequência, quais sejam, intelectuais, transformismo, revolução e classes subalternas.

político, bem como, sobre a própria obra de Gramsci relacionada ao Serviço Social. Os critérios de inclusão abrangeram a similaridade temática com os objetivos do presente estudo, Área de conhecimento: Serviço Social e Fundamentos de Serviço Social; Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; como critérios de exclusão, a ausência de similaridade temática e recorte temporal; arquivos repetidos; todos os trabalhos que não são da área de conhecimento: Serviço Social e Fundamentos de Serviço Social.

Nota-se pelo exposto que a produção sobre as categorias gramscianas a nível de pós-graduação na área do serviço social apresentam um quantitativo expressivo de trabalhos no período pesquisado, sobretudo, com dissertações de mestrado. Os mencionados estudos foram categorizados em três eixos temáticos principais, quais sejam: Gramsci e Serviço Social; Hegemonia e Serviço Social e Projeto Ético-político e Serviço Social.

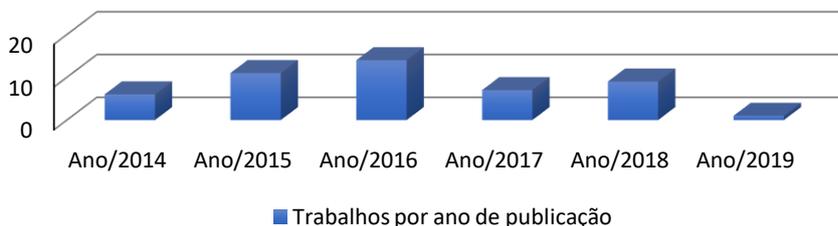
A partir da análise destas produções, mediante a técnica de análise de conteúdo, obtivemos como resultados do primeiro eixo 6 (seis) trabalhos que discutem o pensamento gramsciano no serviço social a partir das produções da área, tanto a nível de pós-graduação, quanto pelos artigos em periódicos da área de serviço social. Estes estudos demonstram que nos primeiros 15 anos do século XXI, houve um crescimento significativo de estudos sobre Gramsci e suas categorias, notadamente, hegemonia, cultura, ideologia, intelectuais, revolução, sociedade civil e sociedade política (NEGRI, 2016); (SILVA, 2017; MACHADO, 2016).

A tendência apresentada pelos trabalhos refere-se à possibilidade de continuidade do crescimento da produção intelectual com base gramsciana, sobretudo, devido ao contexto de regressão de direitos e ataques do capital ao trabalho, o qual exige uma resposta da classe trabalhadora na busca de sua emancipação política e humana. Desta forma, a análise da realidade de inspiração marxista-gramsciana, apresenta-se fundamental para o serviço social neste contexto, notadamente, para entender as disputas de classe na atualidade, assim como, para a materialização de respostas contra hegemônicas nas esferas da sociedade civil (NEGRI, 2016).

Sendo assim, considera-se que esta tendência vem se verificando na realidade, uma vez que conforme apresenta-se nos gráficos a seguir, as teses e dissertações de inspiração gramsciana no país tem demonstrado um quantitativo expressivo, abordando as categorias do autor italiano em suas mais diversas possibilidades de interlocução com o trabalho, formação profissional e espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social se encontra inserido.

Gráfico 1: Apresentação de trabalhos por ano de publicação.

Trabalhos por ano de publicação

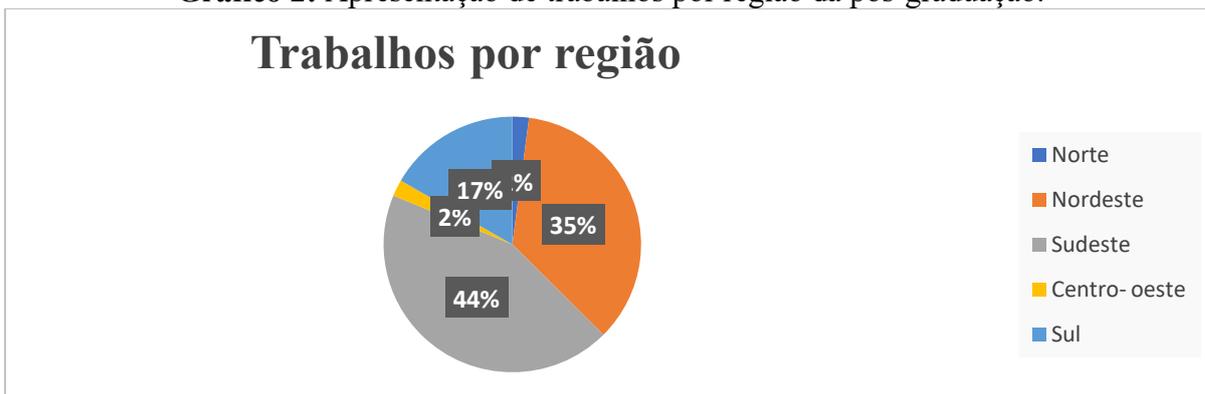


Fonte: Elaboração própria com base no catálogo de teses e dissertações da CAPES.

Registra-se, partindo da análise do gráfico 1, que as publicações e produções da pós-graduação expressam significativa elevação no período pesquisado, embora haja uma queda do número de publicações no ano de 2019. No entanto, considerando a média dos trabalhos nos últimos 6 anos e a amostra representada neste estudo, depreende-se que há uma apropriação intelectual da obra do autor italiano e a atualização de seu pensamento nas diversas esferas de objetos de estudos e pesquisas na área do serviço social brasileiro.

Esse panorama geral da caracterização da produção teórica na área do serviço social possibilitou identificar, ainda, o mapeamento dos trabalhos de acordo com a região geográfica em que foram apresentados, conforme descrito abaixo:

Gráfico 2: Apresentação de trabalhos por região da pós-graduação.



Fonte: Elaboração própria com base no catálogo de teses e dissertações da CAPES.

Partindo dos dados apresentados no gráfico 2, percebe-se que há uma predominância das produções nas regiões nordeste, sudeste e sul do país, com destaque para os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal

do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Pontifícia Universidade Católica dos estados de São Paulo (PUC-SP). Ressalta-se que 95% dos trabalhos localizados sobre o tema em questão provém de universidades públicas¹¹, demonstrando a importância destas na produção e socialização do conhecimento científico.

No que se refere ao segundo eixo temático sobre Hegemonia e Serviço Social, registra-se que foram localizados 14 (quatorze) trabalhos, os quais apresentam uma abordagem diversa sobre esta categoria, perfazendo a discussão em torno de variados enfoques da realidade. Nesta esteira, destacam-se trabalhos sobre as perspectivas contra hegemônicas das organizações da sociedade civil, marcadamente, os conselhos (Saúde, Idoso, Mulher), com vistas a possibilidades de construção de novas hegemonias nesses espaços de tensões e disputas pelo consenso, vislumbrando a construção de novas sociabilidades (CINAT, 2016); (SANTANA, 2017).

Os estudos também versam sobre os mecanismos de poder e movimentos de manutenção da hegemonia neoliberal dos governos do PT no Brasil, notadamente, na era Lula (MARA, 2016); resultado de uma política de conciliação de classes, que denotou avanços, ainda que mínimos nas políticas sociais, mas manteve os interesses da burguesia nacional, ao passo que produziu um apassivamento das massas (LUZ, 2015). Nesse contexto, são elaborados, ainda, estudos sobre a derrocada desde modelo baseado no neodesenvolvimentismo e os determinantes para o fim da hegemonia Lula-Dilma e o avanço da agenda neoliberal no Brasil (MELO, 2016). No intuito de contribuir e adensar o debate sobre a temática, esta discussão será aprofundada no tópico 3 deste trabalho.

O último eixo temático, que se vincula ao debate do projeto ético-político profissional e serviço social, foram considerados apenas aqueles produzidos a partir da perspectiva gramsciana, sendo possível identificar um quantitativo maior de estudos neste eixo (conforme detalhado no quadro 1). Percebe-se que a produção sobre o projeto ético-político profissional, com uma análise marxista-gramsciana da realidade, tem como ponto de partida o campo contraditório de tensões e disputas do capitalismo e nesta ótica, os/as autores/as realizam as mediações e problematizações sobre a efetivação deste PEP nos diversos espaços de trabalho dos/as assistentes sociais.

Ressalta-se que a tendência apresentada a partir dos resultados dos referidos estudos é de acirramento das expressões da questão social na contemporaneidade, sobretudo, ao se

¹¹ Além dos programas de pós graduação das universidades já mencionadas, registra-se ainda produções nos seguintes PPGs: UERJ; UFES; UFPA; UFS; UFF; UFAL; UERN; UNIOESTE, UFPA e UNESP. Em relação as IES privadas, tem-se ainda PUC – RS, PUC – Goiás.

considerar o avanço do neoliberalismo no país, que reverbera diretamente nas políticas sociais, locus privilegiado de atuação dos/as assistentes sociais. Neste sentido, os desafios impostos para o trabalho profissional com base no projeto ético político se sobrepõem ainda mais nestas circunstâncias, sendo a pesquisa social apontada como uma ferramenta de suma importância para a formulação de respostas condizentes com os interesses da classe trabalhadora (BALTAR, 2016).

Ademais, são apresentados limites e possibilidades do trabalho profissional, em consonância com o projeto ético político, marcadamente, nas esferas da política de seguridade social (COSTA, 2016); (SANTANA, 2015); (PARREIRA, 2018). Sob a ótica da discussão gramsciana, o projeto ético político é percebido como um mecanismo de contra hegemonia nos espaços de atuação (BARROS, 2018) e torna-se imperioso o estudo e adensamento da produção teórica do serviço social para o fortalecimento do atual projeto ético político profissional, na realidade de trabalho dos/as assistentes sociais.

Tendo em vista este cenário da produção intelectual do serviço social brasileiro em um âmbito geral de suas formulações, o próximo capítulo busca aprofundar o debate sobre a hegemonia do atual projeto ético político profissional e os desafios, tensões e disputas na atual conjuntura.

3. HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NA ATUALIDADE.

Ao longo do texto, buscamos abarcar discussões sobre a relevância do pensamento gramsciano na produção do conhecimento na área do serviço social, na busca pela hegemonia do pensamento crítico, e de que forma as leituras deste autor chegam até o Serviço Social brasileiro em um período de adversidades políticas no cenário nacional. Pretendemos, nesse momento, discorrer sobre a organização do Projeto Ético-Político – PEP do Serviço Social a partir de uma leitura gramsciana do termo, problematizando os desafios postos para a manutenção e efetivação da hegemonia crítica, historicamente incorporada pela profissão e suas expressões no contexto atual. Para tanto, questiona-se: Quais os projetos em disputa no serviço social brasileiro? Há um problema de hegemonia no atual PEP?

A construção do PEP do Serviço Social galga-se, como apontamos linhas acima, em um período adverso da história recente do Brasil, figurando sua eclosão no final da década de 1970 (Abramides, 2019). As transformações político-econômicas e culturais, tensionadas por

governos autocráticos, provocaram expressivas mudanças na organização da vida cotidiana dos sujeitos. Em suma, ponderamos que o referido PEP se alicerça nos princípios ético-políticos de liberdade e transformação societária, na busca pelo aprimoramento teórico-metodológico em vista de que estes elementos subsidiem o trabalho profissional dos novos assistentes sociais.

Embora haja um leque de possibilidades de análises sobre o PEP, observa-se que a dinâmica da realidade tenciona novas produções em relação a esta temática, notadamente, no que diz respeito a consolidação deste projeto profissional e sua hegemonia no âmbito prático do cotidiano. Evidenciamos, como expressão contemporânea destes desafios, o crescente avanço do conservadorismo no mundo, seus rebatimentos no Brasil, e as particularidades desse movimento no Serviço Social, especificamente, as correntes neoconservadoras que se apresentam no debate acadêmico-profissional.

Trabalha-se, portanto, neste trabalho, com o PEP a partir de uma perspectiva crítica marxista e marxiana, com a ideia de Projeto Profissional, que na compreensão de Netto (2006), designa-se como auto-imagem de uma profissão, a qual elege valores que as legitimam socialmente, estabelecendo objetivos, funções e competências a partir de determinada perspectiva teórico, prática e institucional.

Complementando o autor, ABRAMIDES (2019, p.41) pondera que ambos os projetos, profissional e societário, pressupõem, no campo do imediato, “um processo de resistência e de oposição ao neoliberalismo, e uma organização socioprofissional independente e autônoma de governos e partidos”. Ainda que o projeto profissional diga respeito a um nicho específico de segmento profissional e o societário se refira a um projeto macro de transformações nas estruturas e super-estruturas, um e outro podem, como no caso do Serviço Social, se influenciarem e corroborarem, ou não, com a manutenção ou subversão da ordem social vigente.

Tratar da hegemonia do PEP pressupõe o entendimento da diversidade e pluralidade do corpo profissional que o constrói, dada a heterogeneidade e subjetividade dos sujeitos. Sobre este ponto, Netto (2006) é assertivo:

todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo

um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo (NETTO, 2006, p. 5).

Desta forma, reconhecer a pluralidade do campo profissional, não é, de forma alguma, recair em uma espécie de ecletismo teórico, mas sim, realizar o debate de ideias com respeito às diversas visões acerca do projeto da profissão. Entretanto, bem como adverte Netto (2006), é imprescindível que não recair no ecletismo teórico o qual configura-se enquanto um em diálogo de posições antagônicas e, portanto, inconciliáveis.

Nestes termos, a conquista da hegemonia, segundo Netto (2006) demanda duas questões fundamentais: tempo e organização política. A primeira, considera-se da maior importância, dada a complexa articulação teórico-metodológica para a construção de perspectivas e elaborações heterogêneas até chegar à síntese; A segunda, envolve uma dimensão político-organizativa, a qual é indispensável para a construção de um projeto hegemônico, pois trata-se, do que Gramsci entende como alianças de classe, na qual não há o domínio de projetos puramente individuais, mas uma correlação de interesses coletivos na busca pelo consenso.

Contudo, no tempo presente, apresentam-se forças contra-hegemônicas no campo do Serviço Social, as quais encontram suporte no contexto de avanço de perspectivas neoconservadoras no âmbito da sociedade brasileira, a partir do levante de grupos que questionam a atual hegemonia do Projeto Profissional. Destaca-se, para fins deste trabalho, a atuação do chamado “Serviço Social libertário” e “Serviço Social Clínico”, cujo direcionamento político, de acordo com Silveira (2018, p. 4) “mesmo minoritário no Serviço Social [...] pode impactar significativamente a direção atual da profissão, tensionando no sentido da reversão da ruptura com o conservadorismo moral e o tecnicismo acrítico que se realiza desde os anos de 1980.

No que concerne estas contracorrentes, buscaremos realizar, ainda que de forma aproximativa, um diálogo crítico entre as distintas perspectivas teóricas que circundam a construção destas contracorrentes e as produções do campo crítico, hegemonicamente marxiano e marxista, do Serviço Social. Iremos utilizar como apoio teórico, para este momento, o documento intitulado *23 Teses pela reforma do Serviço Social brasileiro* (2017) produzido pelo Prof. Dr. Edson Marques Oliveira, que desponta como uma das principais expressões documentadas dessa perspectiva contra hegemônica, e como contraponto, os trabalhos selecionados no processo de construção do estado da arte.

Deste último, iremos destacar algumas destas produções e suas principais

considerações sobre os tensionamentos e rebatimentos do atual PEP, com destaque para os principais estudos que apresentam interlocução com o objeto ora proposto, a saber: os trabalhos de conclusão de curso, entre teses de dissertações, com autoria de Silva (2018); Chagas (2015); Galdino (2016); Gasparin (2015) e Silva (2015).

Outrossim, entendemos ser pertinente situar, primeiramente, determinados aspectos gerais em relação ao conteúdo do referido documento que dispõe sobre as *23 Teses pela reforma do Serviço Social brasileiro* (2017). Precipuamente, as teses defendem a reforma do Serviço Social a partir da recuperação dos pilares que outrora sustentaram a gênese desta profissão, mais especificamente nos escritos de Mary Richmond, do qual o autor destaca suas obras sobre o *Diagnóstico Social* (1927) e *O Serviço Social de Casos* (1922). Na exposição argumentativa, descrita na primeira tese de seu trabalho, o autor irá explorar o sentido de reforma que norteia suas discussões. Para Oliveira (2017):

Nesse sentido, **reformular** o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma “profissão militante político-ideológico partidária”. Dessa forma, **reformular** e retomar a sua essência e as suas origens, para com isso, mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso. (OLIVEIRA, 2017, p.03, grifos do autor)

Para alcançar essa finalidade, destaca-se como principal objetivo:

Aprofundar e elevar a reflexão urgente do Serviço Social como profissão, que de postura investigativa crítica mas sobre tudo de ações práticas e interventivas, elevar o seu entendimento e ações profissionais que de fato, contribuam concretamente para a construção de uma sociedade justa e digna para todos. (OLIVEIRA, 2017, p.01)

Sugere-se como abordagem a *praxipragmalógica*, síntese da associação entre *práxis* (agir pensado) e *pragma* (ação efetuado) a qual, segundo o autor, resulta na investigação da ação pensada sobre a realidade no intuito de propor alternativas inovadoras e efetivas consolidando, desta forma, a intervenção na realidade (Oliveira, 2017). O aporte teórico-metodológico irá apoiar-se na conjunção das correntes do pragmatismo, sistêmica e pensamento crítico onde esta última, para Oliveira (2017), se refere a capacidade e habilidade lógica de pensar.

A visão aqui apresentada é de um Serviço Social como uma profissão, que é tacitamente diferente de militância política-partidária-ideológica e de

movimentos sociais, ou sindicatos, ativismo social, atividades as quais têm natureza, identidade, objetivos e sentidos distintos de uma profissão. *Logo, quem é formado nessa área, é considerado um profissional que deve mesclar a capacidade científica de produzir conhecimento para intervir na realidade e trazer resultados tangíveis e satisfatórios aos seus clientes, às organizações que os contratam e à sociedade que espera um profissional comprometido com o bem-estar, justiça e dignidade humana.* (idem, p.02-03, grifos nossos)

Podemos inferir, baseando-se na citação supracitada e na leitura do mesmo, que a proposta das 23 teses para a reforma do Serviço Social declara ser ineficaz o atual direcionamento teórico-prático da profissão, o qual orienta suas análises e intervenções profissionais pela perspectiva do método em Marx. Oliveira (2017), em diversos momentos de sua proposta, afirma ser o atual projeto profissional utópico, ideológico, partidário, militante e que negligencia o sentido genuíno de identidade profissional, a exemplo do trecho onde o autor afirma que “O atual **estado teórico** e prático do Serviço Social Brasileiro mostra um distanciamento cada vez maior da origem coerente e congruente que teve” (idem, p.04, grifos do autor).

Evidenciamos, ainda, que uma das fortes críticas levantadas pelo documento diz respeito a identidade profissional. O referido autor reconhece a importância de construir uma identidade profissional e, nesse sentido, propõe uma elaboração distinta da atual identidade do Serviço Social que, segundo o autor, se caracteriza “como uma identidade de classe (seja o que isso significar)”.

Segundo, a autor reitera que identidade profissional não pode se confundir com identidade de classe pois “a primeira agasalha a diversidade, o diferente e faz a gestão do conflito em prol da profissão, a segunda é ideológica, oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, é sectária e opressora” (idem, p.09). Segundo o autor, a formação da identidade profissional é construída a partir da dinâmica da vida social, das demandas dos sujeitos e da interação entre os indivíduos, “e não a partir da formação e indução, manipulada, achacada e imposta de uma única vertente teórica, filosófica, ideológica, política e partidária” (ibidem).

É sabido que a pluralidade do PEP de nenhuma forma significa uma homogeneidade de pensamentos e ações políticas, ao contrário, esse amplo projeto abarca uma notável heterogeneização de correntes democráticas, com força hegemônica do campo marxista. Nesse sentido, os estudos de Chagas (2015) expõem essa diversidade no seu trabalho sobre as organizações políticas da categoria profissional, quais sejam: CFESS e FENAS. Os resultados

apontados pela autora ressaltam que, do ponto de vista das proposições para o enfrentamento as questões postas ao serviço social, as entidades pesquisadas localizam-se em diferentes campos estratégicos, revelando diferentes práxis políticas, ainda que sob interesses convergente, a saber:

Se é verdade que estas entidades não competem no campo formal da representação, ocupando papéis diferentes do ponto de vista de seus objetivos legais, também é verdade que do ponto de vista dos projetos políticos defendidos para a sociedade e para a categoria, essas entidades são completamente antagônicas e, portanto, nem um pouco complementares.” – heterogeneidade no campo crítico do Serviço Social no que tangencia as entidades políticas representativas da profissão. (Chagas, 2015, p. 116)

O referido trabalho corrobora com a afirmativa quanto a heterogeneidade da organização política dos/das assistentes sociais, no entanto, as diferenciações de estratégias táticas no campo da esquerda, não significam que a direção social defendida não seja plural, conforme afirma o documento das 23 teses: “Marx e o marxismo, como bem nos lembra Bobbio (1998), não são plurais, logo, não há como uma profissão que adota organizadamente e mecanicamente essa ideologia dizer que é plural” (OLIVEIRA, 2017, p.19). Nota-se o desconhecimento sobre a pluralidade dentro da tradição marxista, ou mesmo de negação da diversidade de perspectivas no interior da profissão/área do Serviço Social.

No panorama das tensões que se colocam à hegemonia do PEP, orientada pelo campo crítico, Galdino (2016) aponta que ocorrem interferências do pensamento pós-moderno, seja pela via sincrética/eclética, neoconservadora, ou pela via dita ‘crítica’, mas que essa interferência ainda é tímida na área do Serviço Social e por hora encontra-se em processo de exaustão. Segundo a autora, o legado crítico da profissão, sobretudo, nos últimos 30 anos foi construído sob os pilares da razão moderna, entretanto, não se eximiu, assim como no conjunto da sociedade, o avanço e a influência do pensamento pós-moderno¹².

Este movimento supracitado, segundo Cantalice (2016) não se manifesta explicitamente em defesa do capitalismo, mas “se expande mediante, e em virtude, de um discurso aparentemente ‘crítico’ diante dessa forma social, embora esteja sistematicamente

¹² Entende-se a pós-modernidade a partir da perspectiva de Harvey (2005), de que o movimento pós moderno possui relação direta com o processo de reestruturação produtiva do capital e a chamada acumulação flexível, acentuada, no contexto das últimas 3 décadas do século XX. Desta forma, a pós modernidade pode ser compreendida como “uma ideologia do capital, especificamente, a ideologia do capital no tempo presente, tendo em vista a funcionalidade da propagação de suas ideias à reprodução social do capital em sua face contemporânea - em razão disso, adquire forte sentido para o projeto de dominação burguesa” (CANTALICE, 2016, p. 243).

vinculado aos interesses dela” (idem, p. 243). Contudo, o pós-modernismo forja a crítica sem tensionar a estrutura político-econômica que produz/reproduz o conjunto das desigualdades, apresentando saídas individuais (ou de grupos isolados) para saídas que são coletivas e que só podem ser alcançadas a partir de uma ação revolucionária.

Neste sentido, as expressões da pós-modernidade na produção de conhecimento em serviço social¹³ podem ser vislumbradas a partir de análises efêmeras, descontextualizadas, fragmentadas, mediante a rejeição por perspectivas universais, desconsiderando a totalidade da realidade social e no que se refere a profissão, esta perspectiva representa, ainda, um apelo ao neoconservadorismo, conforme pode-se observar nas ideias apresentadas pelo Serviço Social libertário:

É nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e *recolocar sua centralidade no ser humano*, não mais como um ser isolado, *mas como um ser conectado ao seu meio*. Desse modo, recolocaríamos esse ser *não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história*, do desenho das ações concretas as quais podem dar esperança no enfrentamento de seus desafios cotidianos.” (OLIVEIRA, 2017, p.11-12, grifos nosso)

Desta forma, pode-se apreender que as 23 teses propõem que os profissionais individualizem e coloquem no sujeito (individualmente) a responsabilidade pela superação das iniquidades que o atravessam, não considerando-o enquanto resultado de determinantes histórico-sociais.

No intuito de adensar esta discussão sobre a pós-modernidade, representada pelo conservadorismo na profissão, destacamos o trabalho de dissertação de Silva (2015), intitulado *O conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do serviço social*, no qual a autora discute sobre as atuais tendências do pensamento conservador na sociedade capitalista e sua coexistência com a teoria social marxiana no serviço social. Silva (2015) analisa como o conservadorismo se expressa no cotidiano de trabalho do/a assistente social e quais as suas facetas e formas de reprodução e, tendo isso em vista, a autora identifica uma forte tendência do conservadorismo moral na reprodução do trabalho profissional em resposta as expressões da questão social e a “negação dos antagonismos entre as classes sociais, burguesia e trabalhadores e ao mesmo tempo a valorização da família

¹³ Em um estudo realizado por Cantalice (2016), a partir de análises de teses na área do serviço social brasileiro no período de 2000 a 2005, aponta-se duas principais perspectivas de manifestação do movimento pós moderno nas mencionadas produções: a primeira, mediante uma incongruência da escolha do método (imprecisão) do uso de termos e autores pós modernos, mas que formalmente, apresentam-se marxistas; e a segunda perspectiva consiste em produções que utilizam conceitos pós modernos de forma consciente, justificando-se pela via do ecletismo e relativismo teórico e a não utilização do marxismo, pois não contemplaria os “novos” aspectos da realidade social.

(p.105)

Assim, os resultados do estudo acima validam as afirmações de Boschetti (2015), na qual aponta que o conservadorismo nunca esteve ausente da profissão, apenas se reatualiza e encontra novas roupagens de acordo com as transformações societárias que fortalecem seu avanço ou retrocesso. Neste contexto, observa-se que o conservadorismo na atual conjuntura se apresenta a partir de uma negação e questionamento dos principais pilares do atual projeto ético político, indagando, inclusive sobre o objeto de intervenção profissional:

A centralidade de nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social. [...] São indivíduos que não podem esperar por uma nova ordem societária utópica e destituída de clareza concreta de sua existência. (Boschetti, 2015, p. 10)

Pode-se observar, pelas afirmativas expostas na citação acima, que há uma errônea compreensão da categoria questão social e de sua conceituação, bem como da denominação ‘expressões da questão social’ que acabam por ser sendo esvaziadas de sentido na colocação argumentativa de Oliveira (2017). Isso pois, como compreende o campo crítico, a questão social configura-se como o objeto de intervenção do assistente social em suas múltiplas determinações expressas no conjunto da sociedade, tendo em vista que este objeto é consequência da divergência entre capital/trabalho. Desta forma, as expressões dessa contradição são vivenciadas e se manifestam no campo da cotidianidade dos sujeitos, os quais, em alguma medida, recorrem aos diversos espaços sócio-ocupacionais de inserção do assistente social.

Portanto, ao compreendermos o sentido ontológico desta categoria, que se liga a totalidade das determinações, não há uma desassociação entre os indivíduos e as expressões da questão social já que estes primeiros sofrem com os rebatimentos que se apresentam na forma do segundo. Oliveira (2017) manifesta uma desarticulação entre o objeto de intervenção do Serviço Social e os indivíduos sociais, fragmentando-os da realidade concreta, totalizante, e propondo, mais uma vez, a centralidade no atendimento ao sujeito e suas demandas imediatistas/irreflexivas.

Estes questionamentos conservadores apresentados ao PEP, não são novos, ao contrário, ocorrem desde a década de 1990, a partir de dois principais movimentos: o primeiro, voltava-se a imposição de novos desafios e demandas para tensionar o PEP recém instituído; e de outro lado, havia uma movimentação de rearticular grupos conservadores que

incidiam fortemente sobre a base do PEP (CANTALICE, 2016). Na particularidade exposta neste trabalho, percebe-se que o momento em que vivemos remete, sobremaneira, a este segundo movimento.

As conclusões apresentadas pelas autoras supracitadas suscitam questionamentos acerca da hegemonia do atual projeto ético político, tendo em vista a constatação da existência e certo crescimento do movimento pós-moderno, sobretudo, na conjuntura política de governos de direita. Neste mote, Gasparin (2015) refere que não se trata de uma crise vivenciada pelo atual PEP, mas sim um ataque e ameaça a hegemonia deste projeto, se configurando em um contexto que exige cautela e fortalecimento dos profissionais para “decifrar as mediações políticas e ideológicas da – questão social na contemporaneidade, que se dediquem aos estudos históricos sobre o Brasil contemporâneo” (p. 151).

Embora seja constatado uma crescente influência neoconservadora na profissão, Silva (2018) aponta que as produções do serviço social sobre este tema são ínfimas, considerando a análise que a autora realizou dos principais periódicos da área, quais sejam: os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais-CBAS; os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social-ENPESS; os Relatórios dos Encontros nacionais da Categoria e os artigos da Revista Serviço Social e Sociedade no período compreendido entre 2006-2016. Com efeito, constatou-se que a discussão sobre o conservadorismo e suas expressões na profissão estão concentradas, sobretudo, na academia e não se “espraiaram” para os demais setores da categoria profissional.

Neste sentido, a autora reforça a importância de aprofundamento e apropriação dos estudos da área sobre esta temática, tendo em vista que o conservadorismo é uma expressão do projeto de sociedade burguês e, portanto, necessita ser entendido e estudado como tal, pois conforme Netto (2003, p. 112):

o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual. A legitimidade alcançada para a diversidade de posições está longe de equivaler à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista que, para ser construída, demanda trabalho de longo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável.

A relevância de adensar a investigação sobre este tema reside, ainda, no fato de que ter poucos estudos sobre o conservadorismo e PEP, superficializam o debate tanto de um, quanto de outro, pois segundo a autora observa-se notáveis “superficializações das discussões e muitas generalizações” (p. 156). Desta forma, a autora aponta que a produção do

conhecimento e do debate deve ampliar-se para a base da categoria, no intuito de fomentar discussões teórico-práticas que possibilitem a apreensão do PEP de forma crítica e a diferenciação com o conservadorismo, sobretudo, ao considerar que:

No que se refere ao processo de formação, existe, e isso requer ser mais aprofundado, uma suposição que passando pelas disciplinas dispostas pelos núcleos, natural ou automaticamente, os discentes e os profissionais aderem, adotam e sabem praticar o PEP e sabem diferenciá-lo do conservadorismo (SILVA, 2018, p. 157).

Assim, tendo em vista este panorama de crescentes expressões do conservadorismo na profissão, mas de insuficiências de produções sobre a temática, depreende-se que é de fundamental importância o aprofundamento dos estudos do conservadorismo, pós-modernidade e correntes que se colocam como contra hegemônicas ao atual PEP (CANTALICE, 2016). Neste sentido, há que se realizar o enfrentamento aos intentos conservadores na profissão de forma consciente, sobretudo, compreendendo que o conservadorismo é uma das principais bases do capitalismo (BARROCO, 2015).

Portanto, é necessário aprofundar os estudos e debates para identificar as facetas e manifestações do conservadorismo que se apresentam tanto no âmbito da formação, quanto no trabalho profissional e nas elaborações teóricas da categoria, objetivando estabelecer estratégias de enfrentamento críticas aos intentos do capital, reafirmando a direção social assumida pelo projeto ético político profissional. Em síntese, a direção social marxiana e as elaborações gramscianas nos permitem construir caminhos, sem “lamento pessimista, mas como necessária análise crítica, realista, objetiva, com perspectiva de totalidade, única capaz de nos permitir destruir a pseudoconcreticidade do real e nos guiar na construção de lutas coletivas na direção do enfrentamento ao conservadorismo, com otimismo e indignação” Boschetti (2015, p. 637-638).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou apresentar reflexões acerca dos rebatimentos do pensamento de Antônio Gramsci na cultura profissional do Serviço Social, particularmente na construção de seu Projeto Ético-político. Desta forma, a partir de uma revisão de literatura, pôde-se observar que a construção dos valores e princípios do Projeto Profissional apresentam forte incidência do pensamento gramsciano, sobretudo, a partir de categorias teóricas como

hegemonia, cultura, ideologia e Estado. Contudo, essa identidade profissional está em constante disputa de hegemonia, tendo em vista o avanço do conservadorismo na sociedade brasileira, o qual tem expressão na área a partir de vertentes como o “Serviço Social Libertário”.

Contudo, de acordo com as pesquisas realizadas, a defesa de uma “renovação libertária”, ou melhor dizendo: liberal, no Serviço Social ainda não alcançou ventilação suficiente para incidir significativamente tanto na produção do conhecimento, quanto na dimensão político-organizativa por meio das entidades representativas do Serviço Social, a saber: o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, o que não significa que estamos isentos de que o pensamento conservador impacte, em um futuro próximo, a nossa hegemonia crítico-revolucionária.

Para isso, nas assertivas de Netto (2006) é necessário investir na construção de uma sólida organização profissional que consolide, cada vez mais, a posição do Serviço Social brasileiro no que se refere a sua visão sobre aspectos fundamentais de sua cultura profissional, especialmente no que se refere a teoria revolucionária defendida por esta área, a qual tem centralidade na luta de classes. Para isso, é imprescindível não perder de vista os aspectos fundantes do Ser Social, dentre os quais, por exemplo, gênero, raça/etnia, geração e sexualidade, que tem sido colocadas no centro pela pós-modernidade sem considerar os aspectos fundamentais da economia política e esvaziando a discussão de classe e uma possibilidade revolucionária, anunciando, portanto, o fim da história e o capitalismo como única possibilidade de socialização.

Em nossa análise o Serviço Social brasileiro tem uma posição lúcida e sólida sobre o Projeto Societário ao qual se vincula, sem perder de vista as urgências do tempo presente, o que pode ser objetivamente apreendido na valoração ética do Projeto Profissional. Nosso desafio, portanto, é manter o nosso maior patrimônio, a saber: o Projeto Ético-Político, considerando que este é uma construção histórica e coletiva dos assistentes sociais no Brasil e mantêm-se atual, na medida em que é socialmente referenciado pela mais urgente demanda histórica da classe trabalhadora: ter a liberdade e a emancipação humana como valores éticos centrais.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 623-636, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 637-651, 2015.

CANTALICE, Luciana Batista. O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 231-259, 2016.

COUTINHO, Carlos N. (Org.) **O leitor de Gramsci Escritos escolhidos: 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981. (Coleção Fontes do Pensamento Político, v. 02)

_____. O Conceito de Política nos Cadernos do cárcere. In: _____, C. N.;

TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.), **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 67-82.

GALDINO, Shellen Batista et al. A produção de conhecimentos no serviço social: Entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade. 2016.

GASPARIN, Juliana D. A crise contemporânea do capitalismo e o projeto ético-político do Serviço Social. Dissertação de mestrado. 2015.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MACHADO, Leonildo Aparecido Reis. “Ethos da mobilidade” do serviço social brasileiro e o pensamento Gramsciano: quais aproximações? Tese de doutorado. 2016.

NEGRI, Fabiana Luiza et al. **O pensamento de Antônio Gramsci na produção teórica do Serviço Social brasileiro**. 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil**

pós-64. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

NEVES, Ângela Vieira. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 1, 2017.

NEVES, Ângela Vieira. **Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21**. Revista Katálysis, v. 20, n. 1, p. 31-36, 2017.

SILVA, Marcela M. J. Da. CONSERVADORISMO E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL DE 2006-2016: O QUE SE PRODUZIU SOBRE ISSO?. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Sabrina Aparecida da et al. A produção do conhecimento no serviço social brasileiro a partir de Antonio Gramsci: um estudo dos programas de pós-graduação na área do serviço social (2010-2015). Dissertação de mestrado, UFSC, 2017.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Revista **Katálysis**, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009.

SIMIONATTO, Ivete; NEGRI, Fabiana. Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. Revista **Katálysis**, v. 20, n. 1, p. 13-21, 2017.